



Estudos Ibero-Americanos

ISSN: 0101-4064

ISSN: 1980-864X

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Cardina, Miguel; Martins, Bruno Sena; Khan, Sheila
A violência colonial no presente: pesquisas, testemunhos
e perspectivas – Entrevista com Mustafah Dhada
Estudos Ibero-Americanos, vol. 45, núm. 2, 2019, Maio-Agosto, pp. 64-76
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

DOI: 10.15448/1980-864X.2019.2.33813

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=134660573007>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em redalyc.org

UABM
redalyc.org

Sistema de Informação Científica Redalyc
Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal
Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto



ENTREVISTA

**A violência colonial no presente: pesquisas, testemunhos e perspectivas
– Entrevista com Mustafah Dhada**

*Colonial violence in the present: research, testimonies and perspectives
– Interview with Mustafah Dhada*

*La violencia colonial en el presente: investigaciones, testimonios y perspectivas
– Entrevista con Mustafah Dhada*

Miguel Cardina¹

Bruno Sena Martins¹

Sheila Khan²

(Tradução: Mariana Avelãs)

¹Universidade de Coimbra. Coimbra, Portugal.

²Universidade do Minho. Minho, Portugal.



Mustafah Dhada, *Atlas Rising*, bronze, 2004 (Fotografia cedida pelo artista).

MUSTAFAH DHADA é professor na California State University, em Bakersfield, e investigador associado do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES/UC). Entre outros tópicos, é um conceituado estudioso do Império português em África, tendo publicado, em 1993, *Warriors at Work. How Guinea was really set free* (University Press of Colorado), um seminal trabalho sobre o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) e a guerrilha anticolonial na Guiné. Mais recentemente publicou um importante trabalho sobre o massacre de Wiriyamu que, em 2017, recebeu o Prêmio Martin A. Klein, que o distingue como o melhor trabalho acadêmico sobre história africana publicado em inglês, no ano de 2016. *The Portuguese Massacre of Wiriyamu in Colonial Mozambique, 1964-2013* (publicado em inglês pela Bloomsbury e em português pela Tinta-da-China) detalha os acontecimentos em torno do chamado “massacre de Wiriyamu”, quando em dezembro de 1972, as tropas portuguesas atacam um conjunto de aldeias situadas no “triângulo de Wiriyamu”, em Moçambique, matando aproximadamente quatro

centenas de pessoas. O episódio se tornou internacionalmente conhecido. Mustafah Dhada confronta de forma decisiva a violência colonial pelo modo minucioso como reconstrói o “massacre de Wiriyamu”, mas também nos oferece uma reflexão mais vasta sobre a produção da História – as metodologias, o lugar do historiador – e sobre os desafios que os legados coloniais colocam ao pensamento eurocêntrico.



■ O seu trabalho sobre Wiriamu (2015, 2016) parte de um massacre perpetrado pela tropa colonial portuguesa, em dezembro de 1972, e explora a anatomia desse massacre. Fá-lo com uma atenção particular ao contexto e aos acontecimentos que o rodeiam, que reconstrói de uma forma filigrânica. Para isso serve-se, não apenas de um conjunto variado de fontes escritas, mas também das chamadas “fontes orais”, de testemunhos de sobreviventes e de pessoas que de alguma forma estiveram em contato com o episódio. Que desafios específicos existem para um historiador que trabalha com este tipo de fontes?

□ **Mustafah Dhada:** Sim, o meu trabalho sobre Wiriamu envolve pesquisa oral. Mas, como sabem, os projetos de investigação oral estão inevitavelmente repletos de desafios. Alguns têm por base metodologias oriundas da história oral, outros fazem ensaios antes do trabalho de campo. O financiamento externo para pesquisas históricas, a aprovação institucional e a logística das deslocações também fazem parte do processo, assim como uma série de outros fatores, tais como: alojamento acessível, serviços de utilidade pública adequados, a segurança dos cidadãos, acesso a mercearias e supermercados, lavandarias automáticas, restaurantes baratos e lojas que vendam artigos de papelaria, eletrônica e suportes digitais, bancos e agências de câmbio, hospitais e clínicas, um sítio onde as pessoas possam dirigir-se à procura de unidades móveis de filtragem da água, conhecimento dos protocolos locais para pagar aos informantes, fornecedoras de medicamentos de emergência, acesso a arquivos da imprensa escrita, lojas de impressão e internet, listas de siglas, regras de indexação para organizar os dados oriundos de fontes orais e da imprensa escrita para acesso contínuo, quem contactar para facilitar o acesso a informantes, que tipo de perguntas planejar, e perguntar, e às vezes não perguntar, quando os informantes começam o processo de entrevistas, estratégias a adotar para conseguir que nos contem a sua versão de uma história baseada em fatos, táticas a explorar para que a porta fique aberta para o nosso regresso, e métodos eficazes para transcrever entrevistas e organizá-las em um formato integral ou truncado, se este tipo de excisão fizer parte do projeto.

O projeto em Wiriamu não foi diferente. Teve a sua dose de desafios – alguns acabaram por ser muito fáceis de ultrapassar, outros nem por isso. Em qualquer dos casos, foi sempre preciso uma gestão delicada dos agentes de poder, das hierarquias militares, embaixadores, senhorios gananciosos e zeladores do

patrimônio nacional, e, acima de tudo, paciência para compreender e aceitar, graciosamente, a intrusão do nosso eu subjetivo no processo da entrevista, o nível de conforto, intrínseco ou ditado pelas circunstâncias, do informante, e os limites humanos da interação social no contexto da pesquisa oral; tudo isto sem nunca perder de vista o objetivo, que é compilar informação a um nível granular. Assim, o que se segue é a história por trás de uma destas buscas imperfeitas por informantes, vinte e quatro dos quais surgem no meu livro sobre o assunto que está no prelo – mas falaremos mais sobre isto mais adiante.

Foram tomadas várias medidas para minimizar vestígios do processo de recolhimento de dados, de modo a mitigar o seu impacto refratário na informação recolhida. Uma chegada tranquila ao local, sozinho, munido de algo para quebrar o gelo, neste caso uma fotografia de 1973 de um sobrevivente com Peter Pringle. Tinha esperança de conseguir permanecer implicado mas discreto, translúcido ou mesmo transparente. Apagando-me, esperava encorajar os entrevistados a debitar livremente mais dados do que traumas, um entrevistado de cada vez, enquanto eu recolhia a informação que emanava destes fundos documentais humanos. Apercebo-me agora de que há uma linha ténue entre tratar os entrevistados de forma holística e olhar para eles antes de mais como objetos repletos de informação, ainda que vestidos de seres humanos. No fim, acaba por ser uma questão de trabalhar o alinhamento entre a transparência para o exterior e a fidelidade interior à integridade dos objetivos. Se existirem a sensibilidade e a consciencialização adequadas, o equilíbrio pode ser aprendido com a prática, e, ao longo do tempo, aperfeiçoado.

Hoje em dia, existe imensa informação sobre como fazer investigação narrativa e oral, o que terá acabado por influenciar o meu processo de entrevistas no campo. As entrevistas em si seguiram um procedimento simples, o que significa que as gravações foram inicialmente transcritas *verbatim*, e só depois passadas para inglês, quando necessário. Em seguida, eliminei as onomatopeias; inseri as perguntas nos textos, ou simplesmente eliminei-as de todo; omiti informação sensível, a pedido dos entrevistados; retirei eventuais excertos secundários para a história de Wiriamu; e fiz uma revisão final olhando para as transcrições iniciais, para projetar a voz original dos entrevistados o mais possível.

As técnicas usadas nas entrevistas aqui incluídas, em contraste com a abordagem aquando do trabalho de campo para trazer à luz evidências relativas ao massacre,

foram sempre simples, com vista a aprender fazendo e a serem adaptadas ao longo do caminho: os chefes de equipe e os estagiários no terreno receberam instruções para informar aos entrevistados de que estavam sendo gravados e para pedir-lhes permissão para publicar a entrevista quando esta estivesse concluída; “deixem-nos escolher onde querem ser entrevistados, e depois comecem com a história pessoal e a informação relativa à formação profissional; peçam-lhes para falar acerca da sua experiência e conhecimento em primeira mão do que aconteceu em Wiriyamu; acabem a entrevista inquirindo acerca de pensamentos e sentimentos que gostariam de partilhar com o mundo; façam o mínimo de perguntas; deixem a narrativa fluir, mesmo que seja secundária para o enredo – estão ali para proveito deles, é a altura de falarem; escutem sem ativar filtros normativos; tratem cada informante como um arquivo humano de memórias e informação memorial, respeitem o conteúdo memorístico do que estão ouvindo e vendo, e tentem deixá-lo intacto; utilizem as pausas como uma oportunidade para redirecionar o texto oral; e tenham uma presença fantasma – isto é, mantenham-se sempre praticamente invisíveis”. Foram recordados de que “entrevistar informantes pode tornar-se um processo interativo, talvez até mesmo um diálogo, e devem ter abertura para olhar para a interação entre vocês e os vossos informantes dentro desse contexto; não percam de vista que o objetivo é a prospeção de dados, mas empenhem-se em não reduzir a entrevista a uma relação predatória, se conseguirem”. Basicamente, foi isto!

As entrevistas foram a base de uma parte da investigação reconstrutiva dos eventos do massacre desse dia e dos três dias de caça ao homem que se seguiram, e que causaram 385 mortes, identificadas pelo nome e pelo local da morte. O trabalho de reconstrução foi dinâmico, e envolveu um grande grupo de informantes, muitos dos quais se demonstraram disponíveis para ir de local em local identificar os principais eventos; e para depois ficar à espera enquanto a minha equipe e eu mediávamos distâncias e anotávamos fragmentos de informação sobre vestígios ósseos, rochas, árvores, ribeiras secas, leitos de rios, trilhos antigos e cemitérios, quem foi morto onde, quem tinha quantas cabras, galinhas, porcos, vacas, cercados e galinheiros, as casas e a sua localização, o número de mulheres e filhos, e os restos dos estrados usados nos rituais para invocar a chuva. “Estava aqui quando o viu? Posso pedir-lhe para colocar-se onde estava e dizer-me onde é que eu devo ficar para identificar o local de onde ele se dirigiu para o Johnny? Posso? Chegou mesmo a ver um soldado a bater com o pilão

em uma criança que estava no berço? Se sim, pode mostrar-me onde? Onde é que estava quando viu, para eu medir a que distância estava do berço? Onde é que estava na fila quando começaram a disparar? Recordasse de quem estava à sua frente e de quem estava atrás de si? A casa deles era aqui ou ali? De que tamanho era a casa? Pode mostrar-me?”

Houve outro fator a complicar o processo de entrevistas – a minha reação aos relatos das testemunhas. A certa altura, em uma entrevista com uma informante feminina, a Enéria, ela hesita em mencionar como escapou do fogo abrasador. “Cada vez que se fala em Wiriyamu, vejo a minha mãe. Os meus olhos não fecham. Cada pestanejar trá-la de volta à vida. Vejo-a à minha frente parada, imóvel. A memória das mulheres e crianças morrendo ainda me persegue.” Essa recordação espoletou em mim o trauma infantil da separação da minha própria mãe, causada pelo colonialismo, que eu não queria revistar na altura, nem tão pouco reconhecer publicamente; mas faço-o agora. Procurei, mais do que uma vez, ajuda profissional para ajudar-me a ultrapassar o trauma subsequente.

Nesse dia, acabamos a sessão, e deixamos o trabalho de campo para descansar e descontraír, e só reagrupamos depois de uma série de longas discussões sobre como proceder. Nas sessões seguintes, conseguimos evitar episódios desse tipo. Os meus intérpretes, Abidy Karium e o Senhor Elídio, os seus assistentes e os investigadores no terreno também ficaram impressionados com esse testemunho, e passaram a tomar precauções adicionais a partir daí, para não desencadear episódios semelhantes em nós ou nos nossos informantes.

■ Um dos aspectos interessantes do livro, e que também tem sublinhado em intervenções públicas, é que a relação sobre a violência colonial é algo que o convoca diretamente. Não só enquanto sujeito que biograficamente tem uma inscrição com essa história, mas também como historiador que, confrontado com um massacre, se confronta também com os limites do narrar e com os seus impactos em um corpo específico, que é o seu. Há cautelas metodológicas, epistemológicas, e até psicológicas, a ter quando se trabalha com massacres?

□ **Dhada:** Sim, o livro suscitou, de fato, os meus encontros de infância com o colonialismo português, que foi determinante na preparação do trabalho de campo, assim como nos sucessos e fracassos com que me deparei na primeira fase de entrevistas a informantes

residentes em Maputo; por motivos de espaço, deixem que me concentre apenas em um número reduzido de exemplos e de como abordei os entrevistados durante o trabalho de campo – os restantes possivelmente merecem uma monografia dedicada só a eles. Como já revelei nas entrevistas públicas aquando do lançamento do livro, comecei por pedir financiamento à comissão Fulbright, para poder viajar até Moçambique. A bolsa chegou no outono de 1994, e meti-me imediatamente em um avião para Maputo.

O longo voo sobre o Atlântico era mesmo aquilo de que eu estava precisando: tempo para pensar e planejar o trabalho que tinha pela frente. Quando aterrei em Maputo, o plano de ação estava perfeitamente delineado: iria olhar para o projeto como um *puzzle* de duas faces: em uma Wiriya como um evento, noutra uma história revelada. Os informantes eram as peças do *puzzle*, espalhadas entre Maputo, Tete, Madrid, Lisboa, Leeds, Londres, Nova Iorque e a Cidade do México. Enquanto evento, olharia para Wiriya através de dois prismas, um lidando com a guerra colonial que viria a envolver o triângulo, e o outro com o resultado do massacre em si.

A seguir, dediquei-me a tentar localizar informantes ligados à Igreja. Não tinha contatos de nenhum jeito, nem mesmo colegas moçambicanos a quem pudesse pedir apresentações – saí de Moçambique em meados da década de sessenta, e nunca mais regresssei. Em vez disso, vali-me dos meus recursos de infância. Aquilo que me salvou da iliteracia mais abjeta da minha aldeia, 565 quilómetros ao sul de Wiriya, foi a escola local da Igreja, que oferecia uma educação elementar às crianças que precisassem, a um preço que a minha família – uma família não branca em busca de assimilação e progressão social no seio da narrativa colonial portuguesa – podia pagar. Pintar crucifixos e fazê-los a partir de gravetos e fio, para vender localmente em prol dos cofres da Igreja, era um preço pequeno a pagar por poder escapar de uma aldeia que perpetuava a carência econômica, o medo e a pobreza cultural.

Com essa recordação em mente, encaminhei-me para o Seminário S. Pio X, o seminário local, por onde eu passava quase todos os dias a caminho da embaixada americana. Se alguém conhecesse o paradeiro dos padres de Tete, presumi, seria alguém aqui do seminário, onde havia padres de toda a ilha de Moçambique. Como se veio a confirmar, tinha razão. Dirigi-me à capela, onde vi um padre a rezar. Mantive-o debaixo de olho e abordei-o mal se virou para sair.

Padre, pode ajudar-me? Tem tempo para falar? Sim, vamos andando, e seguimos para a sala de convívio dos padres. E foi lá que começou a minha primeira entrevista com os membros da Igreja de Tete, com um padre branco de uma família de classe operária de Dortmund, na Alemanha, que, tal como eu, tinha passado pela experiência da fome, da guerra e da pobreza.

Homem de muito poucas palavras, passara um ano no seminário de Zóbuê, e depois na missão adjacente. A certa altura, durante a conversa, pareceu distraído. Queria almoçar com ele? Era uma oferta que nenhum pedinte podia recusar. “Vai ser sopa de vegetais, pão, vinho e carne estufada”. Fui atrás dele até à sala de jantar, onde me fez uma série de perguntas acerca da minha vida pessoal e profissional, às quais fui respondendo com a clareza e transparência que consegui, para garantir-lhe o nível de conforto necessário para partilhar os contatos de padres de Tete nos últimos dias da guerra colonial portuguesa que tivessem se estabelecido em Maputo.

Voltamos a nos encontrar para um café, e continuamos a conversa. Perguntei se podia gravá-la... talvez um bocadinho cedo demais. Senti o desconforto no ar quando ele disse que sim, e o tom da voz mudou, mais ainda quando prendemos os microfones que estavam ligados a um gravador de cassetes analógico. Paciência... já não havia nada a fazer. Para a próxima, estaria mais atento aos níveis de conforto dos meus informantes, e ajustaria o momento exato em que lhes peço para gravar a conversa. Nesse caso, as respostas passaram a ser mais curtas e deliberadas, construídas cuidadosamente, para garantir rigor e precisão. As minhas perguntas para determinar o impacto que a contrainsurreição tivera nele foram recebidas com um silêncio diplomático. Acabei por desistir dessa linha de interrogatório, e, de acordo com as minhas notas de campo, a partir de então as perguntas tornaram-se mais estruturadas e focadas estritamente em assuntos clericais.

As nossas entrevistas em dias alternados chegaram rapidamente ao fim – se não estou errado, ao fim de uma semana – e os meus níveis de ansiedade para conseguir chegar a outros padres de Tete aumentaram; mas não deu em nada. Os meus pedidos de ajuda via rádio para encontrar padres para entrevistar conseguiram-me um voluntário apenas. No dia da minha última entrevista, um jovem seminarista do Pio veio falar comigo e ofereceu-se para levar-me até o Padre Berenguer. No dia seguinte, fomos a pé. Atravessamos a rotunda dos Heróis, junto ao aeroporto de Maputo, e viramos à

esquerda para o bairro Unidade Sete. A casa de Vicente Berenguer ficava cerca de uma hora e meia a pé da casa, e a uma hora do seminário.

Uma vez lá chegado, esperei, esperei, e esperei. Finalmente, uma carrinha Toyota virou para uma espécie de acesso, e saiu de lá um patrício espanhol baixinho e muito bem arranjado. Intenso, com umas sobrancelhas farfalhudas, óculos de leitura pendurados ao pescoço, aproximou-se para cumprimentar-me, pedindo desculpas pelo atraso. A carrinha tinha pifado e teve que levá-la ao mecânico, apesar de possuir uma transmissão nova. Berenguer encaminhou-se para dentro de casa, imbuído de uma graciosidade fluida, e convidou-me a entrar. Findas as preliminares, sentou-se, muito direito, no sofá – mais tarde, vim a saber que era o seu lugar predileto. A sala era escura, com menos de 20 metros quadrados. Ofereceu-me um copo de água, e quis saber acerca do projeto. Estava particularmente interessado nas questões pormenores. O que é que eu ia cobrir da história de Wiriyanu? Estava interessado na história geral da igreja em Tete? O meu projeto iria entrar pelo “nosso trabalho” enquanto missionários de Burgos? Que aspetos desse trabalho estava eu interessado em cobrir? Ou estava mais focado na história de Wiriyanu?

Vinha perfeitamente preparado para responder-lhe. Em parte, a entrevista ao Padre Joseph já tinha permitido delinear, em traços largos, a minha investigação. Para perceber o papel da igreja na história de Wiriyanu, o trabalho dos missionários era importante, na medida em que o prisma que orientava esse trabalho estivera na base da estratégia de desenvolvimento, que visava criar uma sociedade consciente em Tete, comprometida com a dignidade humana. Foi essa perspetiva que motivou envolvimento no caso de Wiriyanu – não esquecendo, como lhe disse, que alguns padres estiveram mais envolvidos do que outros na história do massacre, e que alguns já tinham saído de Tete.

Berenguer escutou-me com muita atenção; nem se mexia, absorvendo tudo o que eu dizia. Conseguia vê-lo a inscrever no cérebro o âmbito geral do projeto, tal como o entendia, e a preparar-se para as entrevistas que aí vinham. É assim que recordo do nosso primeiro encontro, breve e objetivo. Agora, já sabia aquilo que eu queria. Propôs encontros semanais e, quando lhe fosse possível, talvez mais frequentes. Concordei de bom grado e ficamos por ali. Ofereceu o motorista para levar-me a casa – “é longe, sabe?”, acrescentou. E levantou-se, instando-me a inclinar-me para poder apertar-me a mão e dizer adeus. A partir de então, as nossas entrevistas decorreram como planeado.

Não tardou a instalar-se uma rotina. Eu ia a pé para casa dele, em vez de apanhar chapas, o transporte público. Era um exercício longo, mas ajudava-me a formular as perguntas para a entrevista. Chegava à modesta habitação de Berenguer ao mesmo tempo que o motorista o deixava lá com a carrinha. Eu verificava se estava tudo bem com pilhas e microfones, e metíamos as mãos à obra. Às vezes, acabavam as pilhas, e não havia ali à volta nenhum sítio onde comprá-las; o que eu fazia era continuar trabalhando, anotando os pontos principais, para conferir em encontros posteriores. As entrevistas duravam uma hora – às vezes mais, chegando a duas horas.

No seu conjunto, as entrevistas de Berenguer revelaram-se bastante diferentes das do Padre Joseph. Os papéis ficaram logo bem definidos – o meu como entrevistador, e o dele como informante, fundo documental humano de onde se recolhe informação, uma espécie de guardião de uma gruta cheia de dados. Era mais ou menos como visitar a Torre do Tomo logo depois da revolução de 25 de abril de 1974: os arquivistas vigiavam os espólios como se fossem grifos a proteger tesouros cobiçados pelo povo. Por outro lado, Berenguer tinha pleno controle sobre a sua própria narrativa, e estava muito à vontade com a posição que ocupava nela. Por isso, foi fácil de “gerir”. Por “gerir” quero dizer que ele respondia às perguntas diretamente, e abordava espontaneamente as questões subsidiárias levantadas pelas suas próprias respostas. Mas nunca se desviava do rumo. Era óbvio que tinha uma mente altamente estruturada e organizada, como se fosse toda uma coleção de arquivo particularmente fácil de consultar. Sendo um dos poucos a permanecer no seio da Igreja – a maioria dos outros abandonou o sacerdócio para dedicar-se a vidas e carreiras seculares –, considerava que estávamos fazendo um trabalho importante para repor a verdade relativa aos Burgos. Nas nossas sessões de entrevista, tecia duas narrativas: uma em resposta às minhas perguntas, e outra para que o mundo ficasse conhecendo a vida dos missionários de Burgos em Tete.

As nossas sessões decorriam sobretudo de manhã. Não tenho registo de quantas foram no total, mas, se a memória não me falha, o trabalho começou em novembro e acabou em janeiro de 1995, embora apenas uma parte apareça aqui, em um formato redigido. De um modo geral, com todos os informantes da Igreja ou ligados a ela, deixei as perguntas diretamente relacionadas com Wiriyanu mesmo para o fim – e por uma boa razão. Permitir que os informantes da igreja comessem por contar a história mais importante

para eles, escutando em silêncio e com atenção, tentando imaginar a realidade que viveram através das suas palavras, fomentou a formação de uma espécie de elo confessional entre nós; um elo de confiança mútua, que deu jeito mais tarde, para trazer à tona pormenores cronológicos e factuais da história de Wiriyamu.

As minhas notas não dizem nada sobre como é que consegui entrevistas com José Soares Martins, também conhecido por José Capela, sobrinho do bispo Resende. Mas acho que me lembro que surgiu graças a uma pista dada por alguém com quem jantei no mesmo dia em que conheci o seminarista que me levou até ao Berenguer. O jantar foi no Hotel Polana, um estabelecimento caro ao fundo da rua em que eu estava alojado, cuja clientela era constituída sobretudo por expatriados, espões, comissários políticos das embaixadas, professores brancos com bolsas de investigação de universidades americanas, a quem não faltavam recursos, consultores políticos estabelecidos por conta própria como colonizadores epistemológicos, ensinando aos nativos as virtudes do pluralismo e da democracia, estudantes de doutoramento a investigar a sociedade civil e a agitação social, empreendedores locais sem saber o que fazer ao dinheiro, os beneficiários políticos dos acordos de paz recentemente assinados. O pessoal desempenhava impecavelmente o seu papel de autênticas marionetas, qualquer resquício de resistência à desigualdade social há muito extinto. Era estranho estar ali, uma vez que não tinha gás para cozinhar no sítio onde tinha vivido em Moçambique. Se eu tivesse me aproximado das instalações do Polama há cerca de 30 anos, quando não tinha dinheiro para comprar um par de sapatos decentes e uma camisa, teria sido enxotado para não contaminar a paisagem de vida civilizada do hotel.

Agora, fui recebido como “Professor Doutor”, e conduzido até ao meu contato, que estava em uma antecâmara repleta de vasos com flores acabadas de colher. A comida era mesmo boa, assim como a garrafa de vinho sul africano – por mais que tente, não consigo lembrar-me da marca de vinho tinto que bebi nessa noite –, e o café e as sobremesas iguais às que encontraríamos em um Starbuck, em Seattle. Não comia uma refeição decente desde voo dos Estados Unidos, mas passei o tempo todo calculando a quantidade de refeições que iria ter de retirar das minhas ajudas de custo diárias por estar comendo ali. “É bom que valha a pena, Dhada. Tens de conseguir esta pista sólida e garantir que ela lhe telefone e que ele aceita encontrar-se contigo e conceder-te uma entrevista. Caso contrário, este festim burguês é todo para o boneco”.

Resende era importante para este estudo. Sem ele, não haveria uma igreja em Tete; ou, pelo menos, não o tipo de igreja que ele concebera, traduzindo a visão emergente do Concílio Vaticano II para a realidade. Outros bispos em África não tiveram a mesma sorte. Diante dele, tinha uma folha praticamente em branco. Havia falta de padres portugueses em Tete, e Portugal também não tinha muitos para enviar, o que o obrigou a procurar por toda a parte para preencher as vagas. É claro que podia ter optado pelos jesuítas, mas preferiu não o fazer. É por isso que Tete acabou com um conjunto tão eclético de padres. Estava muita coisa em jogo naquela refeição no Polana. E, no fim, valeu a pena. O meu contato chegou, e consegui ver o sobrinho exatamente na mesma semana em que comecei a trabalhar com o Padre Berenguer.

José Soares Martins tinha 62 anos quando o conheci. Vivia a alguns quarteirões da minha casa. Formara-se em teologia no Porto e, em Moçambique, foi se envolvendo cada vez mais com o jornal diário que o tio, o bispo Resende, tinha fundado. Depois da independência, passou a ser adido cultural de Portugal, mantendo um interesse profundo, entre outras coisas, pela escravatura em Moçambique. Os anos passados no jornal aproximaram Soares Martins do bispo, permitindo-lhe conhecer Resende tanto no campo pessoal como como homem da igreja.

As minhas entrevistas com ele não duraram muito – na verdade, foram um verdadeiro fracasso. Nos encontramos algumas vezes, sempre ao almoço, cozinhado pelo seu “criado”. Era uma espécie de vida de rajá, mas ao estilo português, o que me incomodou um bocadinho. Na verdade, talvez fosse um sapo demasiado difícil de engolir, sobretudo porque os meus antecedentes incluem uma infância de penúria, dominada pela busca constante por comida. Ele vivia em cima de uma torre, que dava para a mesma baía que eu via do meu apartamento. De cima das escadas, havia uma antecâmara, com um recanto do lado esquerdo, onde eram servidas as refeições. Era mais ou menos como entrar em uma loja de antiguidades *middlebrow* – talvez menos movimentada. Era nitidamente um sítio bem cuidado: o chão encerado brilhava, e as estantes sugeriam uma compulsão obsessiva por livros perfeitamente alinhados e sem pó. Raramente falamos de Resende durante o almoço. Em vez disso, o olhar dele remetia as minhas emoções para uma concha.

Depois do almoço, no alpendre, sim. Aqui, ele estava à vontade – mas eu não. Para começar, lembrava-se da experiência dolorosa de ser chamado por desrespeito à autoridade colonial, quando ignorei

a saudação a um oficial de visita. E aqui estava eu, interrogando um ex-colono português branco sobre a igreja colonial, *pares inter pares*, no plano intelectual; e as minhas entranhas revolveram-se. Não consegui aguentar. Desci da torre miseravelmente derrotado. O meu passado colonizado vedara-me o acesso a uma biblioteca de informação colonial oral, e não havia nada que eu pudesse fazer. Jurei que não voltaria a acontecer, que não ia voltar a deixar destruir-me por dentro.

Além disso, por causa do enquadramento físico, não existem registos orais das nossas conversas. O espaço limitado da estreitíssima varanda não permitia instalar o equipamento de gravação e eu próprio, constantemente em movimento para ajustar microfones, verificar e voltar a verificar os gravadores principais e os de segurança. Em retrospectiva, ainda bem que não ficou nada gravado. Foi como consultar um sistema de catalogação obtuso no Arquivo Histórico Ultramarino: era preciso um grande esforço, em termos metafóricos, para recolher dele um índice bem organizado de pedaços de informação, a maioria dos quais eu já conhecia da literatura impressa. Nomeadamente, que Resende era um conservador quando chegou a Moçambique, mas mudou de opinião política no meio do mandato episcopal. Um dos principais resultados dessa mudança, que seria relevante para o meu trabalho de campo, foi ter passado a ter protegidos, um dos quais viria a desempenhar um papel fundamental na recolha de informação sobre Wiriya. Tratava-se do Padre Domingo Ferrão, pároco de uma tenacidade impressionante, lexicógrafo por paixão, e um apoiante ávido, ainda que clandestino, da guerra de libertação.

Esses são alguns exemplos de como o processo de entrevistas foi um desafio no meu contato com um passado colonial vivido em Moçambique que abordasse à igreja e às instituições coloniais, que gerou para civilizar-nos enquanto súditos do império português.

- Tratando de um evento ocorrido em 1972, o livro define no título uma amplitude cronológica mais vasta: 1964-2013. Por quê?

Dhada: Alarguei o quadro temporal até 2013 para incluir a negação e as dúvidas sobre a violência colonial; deixem-me explicar. As narrativas de violência colonial tendem a ser alvo de ataque por parte de dois tipos de entidades passivas agressivas: negacionistas e céticos. Os negacionistas têm como objetivo apagar uma verdade relevada, ao passo que os céticos corroem a sua integridade. Ambos se apoiam nos historiadores para refletir as suas posições, o seu lugar no discurso, e

aferir se existem verdades afirmativas a ser atacadas. Ao ativarem “*oubli de réserve*” – agências de apagamento – os textos de negação e dúvida minam a razão de ser da história enquanto disciplina, que é, ao fim e ao cabo, a capacidade de aumentar o conhecimento do passado com argumentos baseados em evidências.

Essa história dos massacres em Wiriya nos tempos coloniais de Moçambique é um bom exemplo. Portugal negou-os quando foram revelados, admitindo mais tarde que tinham mesmo acontecido, mas só quando continuar a negar passou a ser simplesmente insustentável. No entanto, insistiu que se tratava de uma aberração, e não de um elemento sistémico do seu domínio colonial na África. Quando a presença pública de Wiriya saiu da memória coletiva de Portugal, a memória da carnificina ressurgiu em uma narrativa de dúvida, e foi então que começaram a ser desenvolvidos novos trabalhos para recolocar Wiriya na consciência pós-colonial portuguesa. E foi isso que o meu livro tentou fazer: anular um ataque injustificável a uma história cuja veracidade não deixava qualquer margem para dúvidas.

- O livro termina com um repto para que Portugal olhe de outra forma para o seu passado colonial. De que modo Wiriya nos convoca pensar o lugar da Guerra Colonial e da violência colonial na história de Portugal e nas representações da identidade nacional portuguesa?

□ **Dhada:** Sem Wiriya a identidade nacional portuguesa pós-imperial fica completamente encarcerada por trás das paredes das miniaturas do Portugal dos Pequeninos. E os portugueses vêm-se privados do realismo histórico, para construir um passado imperial essencialmente fictício – fictício porque é um passado que oblitera, de forma consciente, a violência enquanto parte integrante da sua história imperial. Portugal podia utilizar Wiriya para liderar um processo que levasse as outras nações pós-imperiais a confrontar a respetiva violência colonial, mas escolheu emulá-las, em vez de liderar uma batalha epistemológica para que outros reconheçam um passado colonial manchado por acontecimentos sangrentos. Não é uma posição que dignifique Portugal. Ao fim e ao cabo, as políticas adotadas para lidar com a epidemia das drogas demonstraram que o país consegue implementar estratégias frontais para resolver os problemas sociais, abrindo assim caminho para que outros façam o mesmo. Por que não aceitar esses episódios de violência colonial como parte de um passado complicado, e integrá-los na matriz social

da sociedade civil portuguesa? E aqui as estruturas de poder à escala governamental deviam chegar à frente e dar o exemplo ao resto da sociedade civil. Não acredito que Portugal não seja capaz de ter essa determinação. Mas é claro que posso estar enganado.

■ Vivemos em um quadro epistêmico profundamente marcado pelo domínio de uma narrativa eurocêntrica, marcadamente celebratória das conquistas da modernidade ocidental. De que modo as reivindicações à representação da memória dos sujeitos colonizados e de seus descendentes pode transformar esse paradigma?

□ **Dhada:** Não é uma pergunta fácil; e não tenho a certeza de conseguir responder-lhe da forma que gostava neste formato de entrevista. Se analisarem o texto que escrevi sobre Wiriyamu com atenção, o primeiro capítulo introdutório aborda duas questões. Uma tinha a ver com a posicionalidade, isto é, com o modo como o historiador se posiciona perante o texto, durante o texto e depois do texto, neste caso um texto sobre a violência colonial. A outra questão era *spivakiana*, na medida em que tentava explorar até que ponto os subalternos tinham voz na literatura existente sobre Wiriyamu. Abordei este conjunto de questões sem citar [Gayatri Chakravorty] Spivak. Como sabem, Spivak pode ser uma leitura densa, que às vezes acaba por alienar o leitor com a utilização de conceitos, termos e linguagem gramaticais baseados em Derrida. A minha conclusão foi a de que os subalternos não falavam na literatura existente, assim como os “superalternos” – que é como quem diz, os portugueses. Uns eram representados como vítimas, e os outros como perpetradores de uma violência tremenda.

O segundo capítulo aprofundou a problemática: se os subalternos não falaram sobre Wiriyamu, será que podiam falar nos arquivos e documentos oficiais coloniais e de libertação nacional? O estudo das fontes primárias revelou-me que não, na verdade; e o trabalho de [Ann Laura] Stoler sustenta essa conclusão. Ouvimos as suas vozes ocasionalmente, mas estão fraturadas, interpoladas, e, na maior parte das vezes, abafadas pelos objetivos estruturais dos autores, para quem a narrativa é um meio de registar os seus próprios feitos ou justificá-los no contexto de combates binários. Foi essa tomada de consciência que me levou a escrever o terceiro capítulo, para abordar a seguinte questão: se os posicionamentos impedem os subalternos de falar através dos arquivos coloniais, ou dos protagonistas que os sustentam, poderão ter voz fora dos arquivos

coloniais? A minha resposta foi que sim, podem, através da história oral. E assim têm a capacidade de questionar a narrativa imperial dominante; e de obrigá-la a criar espaço para que Wiriyamu viva na história imperial de Portugal, graças à pura força da sua autenticidade vocalizada. É por isso que o livro é tão minucioso, irresistivelmente vívido em algumas partes, e profundamente sensorial noutras. Em suma, o livro sobre Wiriyamu dá à narrativa colonial portuguesa dominante a oportunidade de ouvir os subalternos. A sequência, espero, servirá para consolidar esse legado no cânone imperial português.

■ Quer falar-nos um pouco do segundo livro que estás preparando sobre Wiriyamu?

□ **Dhada:** Sim, tenho todo o prazer em falar sobre o meu próximo livro, que já está terminado, e na fase final de revisão científica e editorial na Bloomsbury Academic Press. Deve ser publicado, se tudo correr bem, já em 2019, no final do verão. Tem como título *The Wiriyamu Massacre: An Oral History, 1960-1974* [O Massacre de Wiriyamu: Uma História Oral, 1960-1974]. Explico por que o escrevi, como abordei o assunto, e o que contém.

No dia 1 de março de 2015, às 14h58, enviei um texto sobre o massacre português em Wiriyamu, Moçambique, na época colonial, para os meus editores, gabando-o como um texto profundamente indicado para ser usado por alunos de pré e pós-graduação em história da descolonização africana. Mal acabei de carregar em “enviar”, fui assolado por uma grande insegurança. E se o texto fosse um fracasso, sem qualquer interesse para os estudantes? Não dispunha de nenhum tipo de evidência que permitisse sustentar a afirmação feita na sinopse que enviara aos editores! Afortunadamente, a oportunidade para testá-la surgiu trinta dias depois, no terceiro período do meu curso de história da descolonização africana. Capítulos selecionados do texto por publicar foram incluídos na bibliografia recomendada aos alunos inscritos no curso, juntamente com três transcrições de entrevistas, todas sobre a gênese da história tal como fora divulgada no *The London Times*. O veredito foi unânime: o texto só tinha a ganhar com mais do que três entrevistas, assim como com uma discussão dos métodos usados para fazer aquelas pessoas falar. Na opinião dos meus alunos, o primeiro acrescento permitiria uma aproximação aos acontecimentos com um mínimo de interpolação; e o segundo descreveria as estratégias utilizadas para fazer com que os informantes falassem sobre Wiriyamu.

Comecei imediatamente a trabalhar na lista de desejos dos meus alunos – e transformei-a em um codicilo acrescentado à monografia antes de ser impressa, no início de 2016. Pensei em um conjunto de quinze entrevistas gravadas, substancialmente cortadas, organizadas de forma a respaldar os principais capítulos de um próximo livro, dotado de uma introdução sucinta sobre Wiriyaamu, seguida da enunciação da razão fundamental para publicar o texto. A conclusão seria igualmente breve, resumindo, de forma sumária, o conteúdo temático das quinze entrevistas.

Os revisores técnicos anônimos a quem foi enviada a proposta foram igualmente unânimes, mas cautelosos – devido a um conjunto variado de motivos. Embora publicável conforme apresentado, o projeto merecia – é aqui que entra a parte cautelosa – uma audiência mais vasta, declararam. Era difícil ignorar o conjunto de treze medidas, cuidadosamente expostas em 6882 palavras, que eles achavam necessário implementar para tornar o livro apelativo à mais pessoas. As recomendações menos importantes incluíam a inclusão de fotografias, mapas e tabelas, um glossário de termos e acrônimos, e a retirada de uma série de elementos do texto: tropos idealizados de paisagens africanas, ambiguidades conceptuais, alusão a museus do genocídio demasiado periféricos em relação à história sobre Wiriyaamu, e explicações pouco claras das técnicas de transcrição que usei para extrair os textos das gravações.

A medida mais significativa que propunham era considerar o projeto um texto independente. Para tal, sugeriam uma introdução robusta à história de Wiriyaamu, baseada em fatos, mesmo correndo o risco de repetir o conteúdo da monografia anterior, mas em um contexto de nacionalismo, contrainsurreição, violência, e divulgação da narrativa junto do público. Também sugeriram que aumentasse o número de entrevistas – achavam que quinze testemunhos não chegavam se a ideia fosse o livro dirigir-se a um público mais amplo –; que indicasse lacunas importantes para avaliar o mérito acadêmico do texto; e que o “encaixasse” entre os trabalhos baseados em testemunhos sobre violência, quer pré-colonial, colonial ou pós-colonial. Dois dos revisores fizeram eco do pedido dos estudantes, já mencionado: uma discussão sobre a metodologia oral utilizada para levar os entrevistados a falar.

A partir daí, o projeto foi mudando de forma para acomodar as sugestões dos estudantes e dos revisores, e, em resultado, há agora uma longa introdução. Em grande medida baseada nos materiais utilizados no texto que já está publicado, elenca os eventos ocorridos

antes, durante e depois do massacre, associando-os às mudanças políticas em Portugal – mas com uma especificidade. São introduzidos no tecido do texto vinte e sete protagonistas de destaque, em parte para familiarizar os leitores com os seus nomes antes de reaparecerem como entrevistados; e em parte também para contextualizar o papel que desempenharam na história de Wiriyaamu. A introdução termina com uma pequena explicação do que leva o texto a ser uma fonte primária de evidência sobre o massacre.

Vinte e quatro entrevistas, de um total de vinte nove, fazem parte do livro. Debruçam-se sobre sete temas: a guerra colonial, Tete e o triângulo de Wiriyaamu; a anatomia do massacre de Wiriyaamu; recolha de evidências e fiscalização local dos campos de morte; a primeira divulgação pública da narrativa do massacre; a subsequente (e altamente eficaz) revelação da história no *The London Times*; o esforço para comprovar os fatos que se seguiram à história revelada em Londres; e as medidas de proteção às testemunhas implementadas para esconder um dos principais sobreviventes do massacre. Cada um dos sete grupos temáticos inclui um miniprefácio em itálico, orientando os leitores para os conteúdos que se seguem. Seguindo o formato do livro de Totten e Ubaldo (2011) com depoimentos de testemunhas oculares do genocídio em Ruanda, a cada entrevista em um determinado grupo corresponde a uma nota no topo, identificando o entrevistado, a data, o local e duração da entrevista, a linguagem utilizada, os intérpretes que estavam presentes quando não era eu o principal entrevistador, e as correções feitas nas transcrições.

As entrevistas incluídas foram feitas entre 1994 e 2015. Sete foram conduzidas em português, seis em inglês, quatro em nhungwé¹ (o que implicou recorrer a tradutores), cinco em uma mistura de português e nhungwé, coadjuvadas por informantes falantes de português, e duas em uma mistura de português e espanhol.

A literatura neste campo de silêncios foi recentemente inundada por textos sobre violência pré-colonial, colonial e pós-colonial em geral, e em casos de estudo específicos. Cobre uma faixa territorial que vai desde estudos sobre o massacre de My Lai ao de Nanking, o genocídio armênio, o genocídio dos Herero-Nama, a dizimação de milhões de pessoas no Congo, o chamado estado livre sob a alçada de Leopold, a

¹ A língua nhungwé é um idioma bantu falado por mais que 400 mil pessoas em Moçambique, principalmente na margem sul do rio Zambeze, na província de Tete, desde a fronteira com a Zâmbia até Doa no distrito de Mutarara.

rebelião dos Mau Mau, e os genocídios em Ruanda, na Bósnia e no Camboja. Tal como sugerido em *Blood and Soil*, de Ben Kiernan (2007), esta lista não é, de forma alguma, sistemática ou omnisciente; e continua a aumentar conforme entramos na época dos drones assassinos.

Não obstante, esse estudo pertence a um nicho dentro da área dos depoimentos em primeira mão, mais especificamente entre a monografia de 224 páginas de Totten e Ubaldo, com onze entrevistas de sobreviventes do genocídio de 1994 em Ruanda, e os testemunhos de Svetlana Alexievich² – com diferenças assinaláveis; as vozes nesse livro cobrem uma série mais vasta de eventos, de antes, durante e depois do massacre. Enquanto os livros de Alexievich são, citando um dos revisores anônimos da proposta de livro, “uma representação polifônica da experiência humana da guerra e da violência” – por outras palavras, os textos interpolam ativamente a voz dos informantes com as suas próprias interjeições autorais –, este trabalho proporciona às vozes sobre Wiriyamu uma ampla margem para falarem à vontade, possibilitando aos leitores a hipótese de vivenciarem a experiência através de fontes primárias, num único fôlego fluido. Além disso, a monografia inclui a voz do oficial de comando sobre o papel que desempenhou no massacre, permitindo aos leitores conhecer ambos os lados da moeda, o insurgente e o contrainsurgente.

Dito isso, vale a pena recordar que Wiriyamu não foi nem caso único nos anais da contrainsurgência colonial ou pós-colonial, mesmo no contexto contemporâneo, tampouco foi uma aberração comportamental nas campanhas portuguesas de pacificação que pressagiaram a última guerra colonial nas três frentes em África. Além do mais, era inevitável, tendo em conta o contexto de luta armada, a contrainsurgência portuguesa, e a incapacidade reiterada da liderança local no triângulo de Wiriyamu para gerir as reivindicações dos dois adversários, a Frelimo e o exército português. O que houve de excepcional em Wiriyamu foi a confluência de forças que trouxe à tona o que aconteceu, passados seis meses. Foi por isso que Wiriyamu inverteu o equilíbrio a favor dos movimentos de libertação luso-africanos e, nove meses mais tarde, seriam os próprios soldados

portugueses a privar o regime de Caetano das suas possessões africanas.

■ O seu primeiro trabalho – *Warriors at Work* (1993) – é uma reflexão pioneira sobre o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) e a guerra colonial na Guiné. Passados cerca de trinta anos da sua publicação, hoje estão disponíveis novas fontes, surgiram outros trabalhos e fizeste também um percurso de investigação em outros temas. Olhando para o livro agora, em 2019, quais lhe parecem os pontos fortes e aqueles que mereceriam revisão?

□ **Dhada:** Em setembro de 1974, quatrocentos anos de domínio português chegaram ao fim na Guiné, uma colônia de Lisboa na África Ocidental; e esse evento acabou sendo intelectualmente relevante para a história da descolonização de África. Amílcar Lopes Cabral foi o homem responsável por instigar o movimento nacionalista e o pensamento estratégico por trás, que acabaria levando ao derrube do controle português sobre a colônia. Até hoje, foram publicados dois grupos de textos académicos na área das ciências sociais e humanas sobre estes eventos. Um deles foca-se quase unicamente em Cabral como figura heróica. O outro grupo, mais teológico, explora a guerra da libertação como uma marcha linear rumo à vitória, com os portugueses como adversários pouco empenhados, e olha para a onda de mobilização que a antecedeu como uma estratégia de referência para preparar o campesinato para a luta pela independência revolucionária. Sem exceção, todos os textos mais importantes da área produzidos antes de 1993 projetam a guerra nacionalista como uma série de movimentos ditados pelo PAIGC, a força motriz, com Cabral ao leme – o “Tito” da Guiné, o homem pensador, o “Rei Filósofo de África”.

Warriors At Work pôs em causa essas assunções e os argumentos subjacentes, para compreender melhor a atual situação política, ideológica e de desenvolvimento na Guiné Bissau; e o fez abordando um conjunto de questões inerentes ao contexto específico, divididas em quatro áreas temáticas, nomeadamente, políticas nacionalistas, diplomacia, guerra de libertação e contrainsurgência colonial, e a luta na retaguarda para criar as bases para um estado independente. Essa monografia envolveu uma base de dados colossais de material primário, secundário e sintético, assim como arquivos da imprensa escrita e um número deveras limitado de fontes orais. Os trabalhos mais recentes de recentes

² Svetlana Aleksievich escritora e jornalista bielorrusa tem dedicado a sua investigação ao estudo das memórias de vários eventos marcantes de violência humana. Muitos dos seus trabalhos espelham esse compromisso com um dever de memória, entre eles: *O fim do homem soviético* (2015); *Vozes de Chernobyl* (2016); *A guerra não tem rosto de mulher* (2016); *As últimas testemunhas. Cem histórias sem infância* (2017); e *Rapazes de zinco* (2017). Foi galardoada com o Nobel de Literatura em 2015.

de Amado³, Sousa⁴, Mendy⁵, e Gleijeses⁶ não foram contemplados, uma vez que surgiram depois do texto já estar no prelo. E, o mesmo se aplica a uma quantidade significativa de material alojado em arquivos cubanos, escandinavos, americanos, portugueses e da Europa ocidental, por vezes recolhido com grande dificuldade por uma série de pessoas, entre as quais se encontram três académicos guineenses ligados à história: Mendy, Sousa e Amado. Mas, inclui obras sobre revoluções e teorias da revolução, assim como textos aclamados pela crítica sobre métodos historiográficos concebidos para ajudar os investigadores e descolonizar epistemologias enquistados em arquivos imperiais sobre a vida dos subalternos.

Quando foi publicado, historiadores do império, estratégias de guerra e cientistas sociais dentro da Guiné Bissau e fora de Portugal consideraram-no um estudo seminal, um trabalho que renunciava à retórica e se focava em vários aspetos fundamentais da guerra de libertação: o labirinto bizantino da política no exílio e a agilidade de Cabral ao mover-se dentro dele; o papel da diplomacia que, no fundo, esteve na base do sucesso da estratégia militar do PAIGC; as políticas de desenvolvimento; o confronto entre os combatentes do PAIGC e os seus adversários a norte, sul e leste do estuário do Geba, que passou tanto pelo cérebro como pelas armas.

A maioria dos recenseadores disse coisas positivas da monografia, considerando-a uma obra académica metódica, um trabalho fortemente revisionista num campo de estudo onde, “ao longo de duas décadas, o consenso académico em torno do trabalho de Chabal, Chilcote, Galli e o jornalismo influente de Davidson, Rudebeck e Marcum definiram os parâmetros do que se sabia e era aceite acerca da obra e relevância de Amílcar Cabral”. “Com uns floreios literários e filosóficos aqui e ali”, o livro foi visto como “uma

contribuição valiosa para o campo académico... um dos registos mais completos da situação militar... uma visão não romântica da luta... (que) elimina a retórica revolucionária... (um estudo que propicia) uma análise equilibrada... uma lista extensiva (e) exaustiva... de documentos da ONU”.

Mas talvez o maior elogio tenha vindo de Douglas L. Wheeler, professor na Universidade de New Hampshire, que afirmou que “pelo menos num futuro imediato, neste tópico académico tão negligenciado, mas importante, os historiadores terão de distinguir dois períodos de estudo: ‘pré-Dhada’ e ‘pós-Dhada’”.

Um leitor crítico, o já falecido Fafali Koudawo, apontou, e com muita razão, erros de interpretação importantes que, felizmente, alguns académicos corrigiram mais tarde, nos respectivos trabalhos – erros esses que mereciam, de fato, ser apontados. Um deles prendia-se com o rigor da informação sobre a greve de Pigiguiti. Por causa da ausência de fontes de arquivo e testemunhos orais, *Warriors at Work* falha nesse aspecto; assim como na importância que atribui ao papel dos combatentes do PAIGC no período antes e imediatamente antes da sua formação; refiro-me aqui à tese de doutoramento de Amado, onde o erro é identificado e corretamente corrigido.

De um modo semelhante, o texto descreve a luta do PAIGC fora das linhas de batalha como sendo apenas de cariz militar, e a criação de instituições para o governo das zonas liberadas como um meio para angariar reconhecimento internacional. Dito por outras palavras, o texto vai contra a corrente do trabalho seminal de Lars Rudbek sobre a estratégia de crescimento do PAIGC, que a considera um exercício de transformação revolucionária de um estado-nação em formação. Ambas as reações críticas ao meu texto eram e continuam a ser justas até certo ponto; e o catálogo monumental, ainda que não enciclopédico, de Sousa sobre Cabral e a guerra colonial na Guiné acaba por acentuar, algo inadvertidamente, o tom pugilista do meu texto revisionista.

Há em *Warriors At Work*, muita coisa relevante para a literatura sobre a guerra de libertação. A coleção de mapas e o conjunto de mais de cinquenta tabelas e gráficos continuam a ser o único material acessível ao público que descreve o corrúpio de territórios perdidos, ganhos e recuperados antes do assassinato de Cabral. Por outro lado, as tabelas limitam-se a consolidar as estatísticas relativas às iniciativas de crescimento do PAIGC, selecionadas a partir da documentação partidária publicada no exílio em Conacri. É de salientar ainda um conjunto de tabelas sobre as

³ AMADO, Leopoldo, L., **Guerra colonial & guerra de libertação nacional: 1950-1974: o caso da Guiné-Bissau**. Lisboa: Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento 2011.

⁴ SOUZA, Julião Soares, **Amílcar Cabral (1924-1973)**: vida e morte de um revolucionário africano. Lisboa: Spleen edições, 2011.

⁵ MENDY, Peter M. Karibe. **Colonialismo Português em África: A Tradição da Resistência na Guiné-Bissau, 1879-1959**. Bissau: Edições INEP, 1994; MENDY, Peter M. Karibe. **Amílcar Cabral and the Liberation of Guinea-Bissau: context, challenges and lessons for effective African leadership**. In: Carlos Lopes (ed.), **Africa's Contemporary Challenges: The Legacies of Amílcar Cabral**. London: Routledge, 2010; e, MENDY, Peter Karibe. **Amílcar Cabral: Nationalist and Pan-Africanist Revolutionary**. Athens. Ohio: Ohio University Press, 2019.

⁶ GLEIJESES, Piero. **Conflicting Missions: Havana, Washington, and Africa, 1959-1976**. Chapel Hill, NC: The University of North Carolina Press, 2003.

primeiras eleições do PAIGC, que lançaram as bases para que a liberdade política fosse estabelecida antes dos portugueses reconhecerem a derrota e retirarem de Bissau.

Talvez uma das contribuições mais relevantes para a narrativa da libertação seja a investigação fundamentada, e apoiada em um conjunto alargado de gráficos e tabelas, sobre a diplomacia de libertação do PAIGC. Esses materiais foram os primeiros a ser produzidos, e continuam a ser, hoje em dia, o modelo que inspirou algumas narrativas de síntese sobre o assunto. Juntamente com o trabalho inovador de Gleijeses sobre a diplomacia cubana e a ajuda à África lusófona, constituem uma base sólida para saber mais sobre essa área, à qual pode acrescentar-se o trabalho recente de Sousa, que inclui materiais de arquivo oriundos de estados europeus envolvidos no apoio ao PAIGC durante a guerra colonial. Não é que esse estudo da diplomacia de Cabral esteja perfeito, acrescento, mas proporciona uma base suficientemente segura à disposição de futuros académicos para aprofundar o assunto. As tabelas permitem a microidentificação das viagens diplomáticas de Cabral por todo o mundo, obrigando-nos a parar para refletir sobre como seria possível Cabral estar fisicamente presente tanto em Conacri, Dakar ou nos territórios libertados.

O livro tem muita informação sobre a guerra de libertação e a resposta colonial até os dias de hoje. Com base em dados recolhidos da documentação do PAIGC, o texto oferece-nos um olhar heurístico sobre a guerra, não como ela é representada por Davidson *et al.* (1969) – como uma marcha imparável rumo à vitória –, mas como surge na especificidade dos dados recolhidos: uma série de ações e contra-ações, com ambos os lados a oscilar entre a derrota militar e as conquistas territoriais temporárias.

Tudo isto para dizer que *Warriors At Work* tem os seus limites e fraquezas, mas, no cômputo geral, pode ser considerado um trabalho académico sólido, que possivelmente merece uma edição revista. Se tal acontecer, o objetivo da reescrita incluirá incorporar, mediante uma análise cuidadosa, dois conjuntos de documentos que não estavam disponíveis em 1993: os materiais recentemente libertados nos principais arquivos imperiais em Lisboa, e os desenvolvimentos mais recentes na literatura secundária produzida pelos principais académicos da área. Tendo em conta o viés que existirá nos arquivos coloniais portugueses relativos ao período em análise, o projeto terá de tentar minimizá-lo, incluindo fontes oriundas do trabalho de campo já em curso por parte de uma equipa de

historiadores, orientados de muito perto, na Guiné Bissau. Além disso, o trabalho de Stoler pode servir de ponto de partida para ajudar a navegar nas águas epistemologicamente traiçoeiras que impregnam as formas de conhecimento coloniais.

Incorporar esse material em uma nova narrativa implicará na reorganização de todo o livro, de forma a cobrir, não apenas quatro, mas dez temas interligados relacionados com a libertação nacional da Guiné: resistência e mobilização nacionalista; políticas e diplomacia das duas facções; a guerra colonial sob a batuta de Schulz e o primeiro congresso em Cassacá; a guerra de Spínola e a reposta do PAIGC; o assassinato de Cabral e tudo o que se seguiu; hospitais militares e o tratamentos dos civis feridos; os estabelecimentos de venda a retalho; a economia e as necessidades políticas e militares do PAIGC; o período de formação do sistema educativo inicial; o desenvolvimento do sistema judicial militar e civil; e as eleições e as políticas da independência pós-colonial.

Até que este trabalho seja levado a cabo com seriedade, o texto atual terá de continuar a passar no teste do tempo, ou ser substituído por trabalhos melhores; e, a julgar pela produção mais recente de Mendy, Amado, Cardoso, Leal e Sousa *et al.*, diria que existe um prognóstico muito favorável para que o meu trabalho seja substituído, mais depressa do que estamos à espera, em um futuro próximo.

■ De que modo o seu trabalho pode ser relacionado com os levantamentos políticos que têm sido feitos pelo mundo, reivindicando coisas como a restituição de espólios museológicos na posse dos antigos colonizadores, ou dos clamores para a descolonização do espaço público, como aconteceu com o “Rhodes Must Fall” na África do Sul, ou com a controvérsia em torno dos monumentos a Robert Lee, que originariam os confrontos em Charlottesville, em 2017?

□ **Dhada:** Oponho-me terminantemente a quaisquer apagamentos de monumentos como forma de abrir espaço para que os subalternos tenham voz! Nenhum apagamento garante a existência de diálogo. Preferia que fossem erguidos monumentos anticoloniais no mesmo local dos monumentos coloniais, para fomentar o diálogo e criar um discurso no espaço público. Deixem-me ser claro no que diz respeito a Wiriyanu. Não seria fantástico para Lisboa ter um monumento de oito metros erguido na mesma boca do estuário onde o está o monumento aos descobrimentos, para espoletar um discurso sobre os descobrimentos

e o massacre sangrento com que terminaram? Não me importava absolutamente nada de organizar esse monumento financiado pelo governo português. Já tenho uma escultura pronta, cujo contorno desenha um mapa da África. Podíamos ter, por exemplo, uma patina bem vermelha no lugar dos territórios coloniais, para sugerir, de modo subtil, a herança da violência colonial. Isso sim, acabaria por gerar diálogo, e talvez o repúdio feroz por parte de memorialistas que defendam todo um passado glorioso incontestável na base do imperialismo português! Eis as imagens de uma tal peça – a Revolta de Atlas!!!!

Referências

DHADA, Mustafah. **O Massacre português de Wiriamu**. Lisboa: Tinta-da-China, 2016.

DHADA, Mustafah. **The 1972 Wiriyamu Massacre of Mozambique**. London: Bloomsbury Academic Press, 2015.

DHADA, Mustafah. **Warriors at Work: How Guinea Was Really Set Free**. Niwot: Colorado University Press, 1993.

KIERNAN, Ben. **Blood and Soil**. Yale: Yale University Press, 2007.

TOTTEN, Samuel; UBALDO, Rafiki. **We Cannot Forget: Interviews with Survivors of the 1994 Genocide in Rwanda (Genocide, Political Violence, Human Rights)**. Rutgers: The University State, 2011. <https://doi.org/10.3138/gsp.7.2/3.265>

Recebido em: 01/04/2019.

Aprovado em: 02/04/2019.

Publicado em: 05/07/2019.

Autores/Authors:

MIGUEL CARDINA miguelcardina@gmail.com

• Investigador do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES). Foi Presidente do Conselho Científico do CES (2017-2019) e membro da coordenação do Núcleo de Humanidades, Migrações e Estudos para a Paz (NHUMEP) (2013-2106). Recebeu em 2016 a bolsa Starting Grant do European Research Council (ERC - Conselho Europeu para a Investigação) na qualidade de coordenador do projeto de investigação "CROME – Crossed Memories, Politics of Silence. The Colonial-Liberation Wars in Postcolonial Times" (2017-2022). É autor ou coautor de vários livros, capítulos e artigos sobre colonialismo, anticolonialismo e guerra colonial; história das ideologias políticas nas décadas de 1960 e 1970; e dinâmicas entre história e memória.

<https://orcid.org/0000-0001-5428-457X>

• Senior Researcher at the Centre for Social Studies of the University of Coimbra (CES). He was President of CES Scientific Board (2017-2019) and co-coordinator of the Research Group on Humanities, Migration and Peace Studies (NHUMEP) (2013-2016). In 2016 won a Starting Grant from the European Research Council (ERC) to coordinate the project "CROME – Crossed Memories, Politics of Silence. The Colonial-Liberation Wars in Postcolonial Times" (2017-2022). He is the author or co-author of several books, book chapters or papers on colonialism, anticolonialism and the colonial wars; political ideologies in the sixties and seventies; and the dynamics between history and memory.

• Investigador del Centro de Estudios Sociales de la Universidad de Coimbra (CES). Fue presidente del Consejo Científico del CES (2017-2019) y miembro de la coordinación del Núcleo de Humanidades, Migraciones y Estudios para la Paz (NHUMEP) (2013-2106). Coordinador del proyecto de investigación "CROME – Crossed Memories, Politics of Silence. The Colonial-Liberation Wars in Postcolonial Times" (2017-2022), con financiación del European Research Council (ERC - Consejo Europeo de Investigación). Es autor o coautor de varios libros, capítulos y artículos sobre colonialismo, anticolonialismo y guerra colonial; historia de las ideologías políticas en las décadas de 1960 y 1970; y dinámicas entre historia y memoria.

BRUNO SENA MARTINS bsenamartins@gmail.com

• Investigador do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES/UC). É Co-coordenador do Programa de Doutoramento Human Rights in Contemporary Societies e Co-coordenador do Programa de extensão académica "O Ces vai à Escola". É docente no Programa de Doutoramento "Pós-colonialismos e cidadania global". Com trabalho de campo em Portugal, Índia e Moçambique, tem pesquisado e publicado sobre o colonialismo, o corpo e os direitos humanos.

<https://orcid.org/0000-0003-3367-9155>

• Senior Researcher at the Centre for Social Studies, University of Coimbra (CES/UC). He is currently co-coordinator of the Doctoral Programme "Human Rights in Contemporary Societies" and co-coordinator of the educational outreach activity "Ces Goes to School". He Teaches in the doctoral Programme "Postcolonialism and global citizenship". His research interests are centered on embodied experience, human rights and colonialism.

• Investigador en el Centro de Estudios Sociales de la Universidad de Coimbra (CES / UC). Actualmente es co-coordinador del Programa de Doctorado "Derechos Humanos en Sociedades Contemporáneas" y co-coordinador de la actividad de divulgación educativa "Ces Goes to School". Enseña en el programa de doctorado "Poscolonialismo y ciudadanía global". Sus intereses de investigación se centran en la experiencia incorporada, los derechos humanos y el colonialismo.

SHEILA KHAN sheilakhan31@gmail.com

• Socióloga, é atualmente investigadora do Centro Estudos de Comunicação e Sociedade, da Universidade do Minho. Doutorada em Estudos Étnicos e Culturais pela Universidade de Warwick, tem, no seu percurso académico, centrado a sua atenção nos estudos pós-coloniais, com especial enfoque nas relações entre Moçambique e Portugal, incluindo a questão dos imigrantes moçambicanos em Portugal. De entre os temas que tem trabalhado inclui-se a história e a literatura moçambicana e portuguesa contemporâneas, narrativas de vida e de identidade a partir do Sul global, autoridades de memória e de pós-memória. É de destacar os seus recentes livros, "Portugal a Lápis de Cor: A Sul de uma pós-colonialidade" (Almedina, 2015); "Visitas a João Paulo Borges Coelho: leituras, diálogos e futuros" (et al., 2017, Colibri); "Mozambique on the Move: Challenges and Reflections" (com Paula Meneses e Bjorn Bertelsen, Brill, 2018). Atualmente, investigadora doutorada do projeto financiado pelo Conselho Europeu de Investigação, EXCHANGE e membro da equipa de investigação do projeto FCT/Ag Khan sobre as relações inter-culturais entre Moçambique e Portugal.

<https://orcid.org/0000-0002-8391-8671>

• Sociologist, and currently a researcher at the Center for Communication and Society Studies at the University of Minho. PhD in Ethnic and Cultural Studies from the University of Warwick, she has focused on post-colonial studies in her academic career, with a special focus on relations between Mozambique and Portugal, including the issue of Mozambican immigrants in Portugal. Among the themes he has worked on are contemporary Mozambican and Portuguese history and literature, narratives of life and identity from the global South, authorities of memory and post-memory. His recent books, "Portugal a Lápis de Cor: A Sul de uma pós-colonialidade" (Almedina, 2015); "Visitas a João Paulo Borges Coelho: leituras, diálogos e futuros" (et al., 2017, Colibri); "Mozambique on the Move: Challenges and Reflections" (with Paula Meneses and Bjorn Bertelsen, Brill, 2018). She is currently a postdoc researcher on the project funded by the European Research Council, EXCHANGE and a member of the FCT / Aga Khan project research team on inter-cultural relations between Mozambique and Portugal.

• Socióloga, y actualmente investigadora del Centro Estudios de Comunicación y Sociedad, de la Universidad del Minho. Doctorado en Estudios Étnicos y Culturales de la Universidad de Warwick, ha sido, en su carrera académica, centrado su atención en los estudios post-coloniales, con especial atención a las relaciones entre Mozambique y Portugal, incluida la cuestión de los inmigrantes mozambiqueños en Portugal. Entre los temas que ha trabajado incluyen la historia y la literatura contemporánea y Mozambique portuguesa, relatos de vida y la identidad de las autoridades mundiales del Sur, memoria y post-memoria. Es de destacar sus libros recientes, "Portugal a Lápis de Cor: A Sul de uma pós-colonialidade" (Almedina, 2015); "Visitas a João Paulo Borges Coelho: leituras, diálogos e futuros" (et al., 2017, Colibri); "Mozambique on the Move: Challenges and Reflections" (con Paula Meneses y Bjorn Bertelsen, Brill, 2018). Actualmente, el proyecto investigador doctorado financiado por el Consejo Europeo de Investigación, el intercambio y miembro del equipo de investigación del proyecto FCT / Aga Khan en las relaciones inter-culturales entre Mozambique y Portugal.